

Índice geral

Introdução à quarta edição	15
Introdução à terceira edição	17
Introdução à segunda edição.....	19
Introdução.....	21

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES GERAIS

PARTE PRIMEIRA

LIVRO I

Dos sujeitos do processo

TÍTULO I – Do juiz e do tribunal	77
CAPÍTULO I – Da jurisdição	77
CAPÍTULO II – Da competência	78
SECÇÃO I – Competência material e funcional	78
SECÇÃO II – Competência territorial	100
SECÇÃO III – Competência por conexão.....	103
CAPÍTULO III – Da declaração de incompetência.....	113
CAPÍTULO IV – Dos conflitos de competência	115
CAPÍTULO V – Da obstrução ao exercício da jurisdição	118
CAPÍTULO VI – Dos impedimentos, recusas e escusas	121
TÍTULO II – Do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal	143
TÍTULO III – Do arguido e do seu defensor	171
TÍTULO IV – Do assistente.....	211
TÍTULO V – Das partes civis	229

LIVRO II

Dos actos processuais

TÍTULO I – Disposições gerais	247
TÍTULO II – Da forma dos actos e da sua documentação	275
TÍTULO III – Do tempo dos actos e da aceleração do processo.....	287
TÍTULO IV – Da comunicação dos actos e da convocação para eles.....	299
TÍTULO V – Das nulidades	313

LIVRO III

Da prova

TÍTULO I – Disposições gerais	329
TÍTULO II – Dos meios de prova	357
CAPÍTULO I – Da prova testemunhal	357
CAPÍTULO II – Das declarações do arguido, do assistente e das partes civis	401

CAPÍTULO III – Da prova por acareação	418
CAPÍTULO IV – Da prova por reconhecimento	422
CAPÍTULO V – Da reconstituição do facto	429
CAPÍTULO VI – Da prova pericial	433
CAPÍTULO VII – Da prova documental	458
TÍTULO III – Dos meios de obtenção da prova	476
CAPÍTULO I – Dos exames	476
CAPÍTULO II – Das revistas e buscas	485
CAPÍTULO III – Das apreensões	503
CAPÍTULO IV – Das escutas telefónicas	522

LIVRO IV

Das medidas de coacção e de garantia patrimonial

TÍTULO I – Disposições gerais	565
TÍTULO II – Das medidas de coacção	579
CAPÍTULO I – Das medidas admissíveis	579
CAPÍTULO II – Das condições de aplicação das medidas	599
CAPÍTULO III – Da revogação, alteração e extinção das medidas	607
CAPÍTULO IV – Dos modos de impugnação	628
CAPÍTULO V – Da indemnização por privação da liberdade ilegal ou injustificada	640
TÍTULO III – Das medidas de garantia patrimonial	648

LIVRO V

Relações com autoridades estrangeiras e entidades judiciárias internacionais

TÍTULO I – Disposições gerais	652
TÍTULO II – Da revisão e confirmação de sentença penal estrangeira	658

PARTE SEGUNDA

LIVRO VI

Das fases preliminares

TÍTULO I – Disposições gerais	662
CAPÍTULO I – Da notícia do crime	662
CAPÍTULO II – Das medidas cautelares e de polícia	670
CAPÍTULO III – Da detenção	698
TÍTULO II – Do inquérito	711
CAPÍTULO I – Disposições gerais	711
CAPÍTULO II – Dos actos de inquérito	722
CAPÍTULO III – Do encerramento do inquérito	737
TÍTULO III – Da instrução	776
CAPÍTULO I – Disposições gerais	776
CAPÍTULO II – Dos actos de instrução	786
CAPÍTULO III – Do debate instrutório	791
CAPÍTULO IV – Do encerramento da instrução	800

LIVRO VII

Do julgamento

TÍTULO I – Dos actos preliminares	814
TÍTULO II – Da audiência	843
CAPÍTULO I – Disposições gerais	843
CAPÍTULO II – Dos actos introdutórios	853
CAPÍTULO III – Da produção da prova	875
CAPÍTULO IV – Da documentação da audiência	942
TÍTULO III – Da sentença	945

LIVRO VIII

Dos processos especiais

TÍTULO I – Do processo sumário	990
TÍTULO II – Do processo abreviado	1014
TÍTULO III – Do processo sumaríssimo	1022

LIVRO IX

Dos recursos

TÍTULO I – Dos recursos ordinários	1035
CAPÍTULO I – Princípios gerais	1035
CAPÍTULO II – Da tramitação unitária	1076
CAPÍTULO III – Do recurso perante as relações	1176
CAPÍTULO IV – Do recurso perante o Supremo Tribunal de Justiça	1185
TÍTULO II – Dos recursos extraordinários	1191
CAPÍTULO I – Da fixação de jurisprudência	1191
CAPÍTULO II – Da revisão	1205

LIVRO X

Das execuções

TÍTULO I – Disposições gerais	1232
TÍTULO II – Da execução da pena de prisão	1240
CAPÍTULO I – Da prisão	1240
CAPÍTULO II – Da liberdade condicional	1243
CAPÍTULO III – Da execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção ou de permanência na habitação	1243
TÍTULO III – Da execução das penas não privativas de liberdade	1244
CAPÍTULO I – Da execução da pena de multa	1244
CAPÍTULO II – Da execução da pena suspensa	1249
CAPÍTULO III – Da execução da prestação de trabalho a favor da comunidade e da admoestação	1252
CAPÍTULO IV – Da execução das penas acessórias	1255
TÍTULO IV – Da execução das medidas de segurança	1258
CAPÍTULO I – Da execução das medidas de segurança privativas da liberdade	1258

CAPÍTULO II – Da execução da pena e da medida de segurança privativa de liberdade	1261
CAPÍTULO III – Da execução das medidas de segurança não privativas de liberdade.....	1262
TÍTULO V – Da execução da pena relativamente indeterminada.....	1262
TÍTULO VI – Da execução de bens e destino das multas	1262

LIVRO XI

Da responsabilidade por custas

Direito Constitucional, Internacional e Ordinário Complementar

Constituição da República, na redacção da Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12.8	1283
Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais	1288
Protocolo n.º 4 em que se Reconhecem Certos Direitos e Liberdades além dos que já figuram na Convenção e no Protocolo Adicional à Convenção	1290
Protocolo n.º 7 à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais	1290
Infracções contra a economia e contra a saúde pública (Decreto-Lei n.º 28/84, de 20.1, Lei 20/2008 de 21.4)	1291
Responsabilidade dos titulares de cargos políticos (Lei n.º 34/87, de 16.7, Lei n.º 41/2010, de 3.9)	1302
Regime do júri (Decreto-Lei n.º 387-A/87, de 29.12)	1309
Processamento e julgamento das contravenções e transgressões (Decreto-Lei n.º 17/91, de 10.1)	1312
Indemnização de vítimas de crimes violentos (Decreto-Lei n.º 423/91, de 30.10, na redacção da Lei n.º 31/2006, de 21.7)	1315
Tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (Decreto-Lei n.º 15/93, de 22.1, Portaria n.º 94/96, de 26.3)	1318
Medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira (Lei n.º 36/94, de 29.9)	1326
Protecção de testemunhas em processo penal (Lei n.º 93/99, de 14.7, Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22.8, Lei n.º 29/2008, de 4.07, Decreto-Lei n.º 227/2009, de 14.8, Lei 41/2010, de 3.9)	1327
Cooperação judiciária internacional (Lei n.º 144/99, de 31.8)	1336
Consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (Lei n.º 30/2000, de 29.11)	1364
Organização, processo e regime de funcionamento da comissão para a dissuasão da toxicodependência (Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23.4)	1367
Regime geral das infracções tributárias (Lei n.º 15/2001, de 5.6)	1373
Acções encobertas (Lei n.º 101/2001, de 25.8)	1380
Criminalidade organizada e económico-financeira (Lei n.º 5/2002, de 11.1, Lei n.º 19/2008, 21.04, Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30.10)	1381

Cooperação entre a Polícia Judiciária e os órgãos da administração tributária (Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30.4)	1385
Mandado de detenção europeu (Lei n.º 65/2003, de 23.8)	1386
Serviços médico-legais e forenses (Lei n.º 45/2004, de 19.8)	1394
Armas (Lei n.º 5/2006, de 23.2, Lei n.º 17/2009, de 6.5)	1400
Bens apreendidos pelos OPC (Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19.1)	1429
Mediação criminal (Lei n.º 21/2007, de 12.6 e Portarias n.º 68-A/2008, n.º 68-B/2008, n.º 68-C/2008, de 22.1)	1431
Entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4.7)	1439
Definição e execução da política criminal (Lei n.º 51/2007, de 31.8)	1454
Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas (Lei n.º 67/2007, de 31.12)	1459
Base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal (Lei n.º 5/2008, de 12.2)	1463
Medidas de Combate à Corrupção (Lei n.º 19/2008, de 21.4, Lei n.º 20/2008, de 21.4)	1470
Lei de transmissão de dados (Lei n.º 32/2008, de 17.7) e Portaria n.º 469/2009, de 6.5	1472
Lei orgânica da Polícia Judiciária (Lei n.º 37/2008, de 6.8, Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12.2)	1477
Organização da investigação criminal (Lei n.º 49/2008, de 27.8)	1493
Lei de Segurança Interna (Lei n.º 53/2008, de 29.8)	1497
Política Criminal (Lei n.º 38/2009, de 20.7)	1503
Sistema Integrado de Informação Criminal (Lei n.º 73/2009, de 12.8)	1509
Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15.9)	1512
Violência Doméstica (Lei n.º 112/2009, de 16.9)	1518
Vigilância electrónica (Lei n.º 33/2010, de 2.9)	1529
Lista Anotada de Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	1537
Lista Anotada de Acórdãos do Tribunal Constitucional	1575
Lista Anotada de Acórdãos de Uniformização de Jurisprudência e Assentos do Supremo Tribunal de Justiça	1633
Bibliografia	1647
Índice Temático	1687